

## Artigos originais

# O papel da fonoaudiologia na deficiência visual: percepções de profissionais de um serviço de reabilitação

*The role of the speech therapist in visual impairments: perceptions of professionals from a rehabilitation center*

**Pedro Henrique Silva Carvalho<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-1639-4361>

**Ana Cláudia Fernandes<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0002-4091-3555>

**Rita de Cassia letto Montilha<sup>1</sup>**

<https://orcid.org/0000-0003-3741-0006>

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.

Fonte de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Conflito de interesses: Inexistente



## RESUMO

**Objetivo:** conhecer a percepção de profissionais de um serviço especializado em habilitação e reabilitação quanto à atuação fonoaudiológica junto a pessoas com deficiência visual no contexto da equipe interdisciplinar.

**Métodos:** trata-se de pesquisa qualitativa. Para análise dos dados, optou-se pela análise de conteúdo, a qual permitiu a apresentação dos mesmos em categorias de análise.

**Resultados:** participaram da pesquisa 11 profissionais entre psicólogo (2), fonoaudiólogo (1), fisioterapeuta (1), oftalmologista (1), professor de informática (1), pedagogo com especialização em Braille (1), assistente social (1), terapeuta ocupacional (2) e professor de orientação e mobilidade (1). A partir da análise dos dados, foram elaboradas três categorias temáticas: A. Fonoaudiologia e o desenvolvimento das funções do sistema estomatognático; B. Interfaces entre fonoaudiologia e educação no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em casos de pessoas com deficiência visual; C. Fonoaudiologia como promotora do desenvolvimento das habilidades comunicativas, da linguagem, da interação e das relações interpessoais em pessoas com deficiência visual.

**Conclusão:** os participantes da pesquisa consideraram o trabalho fonoaudiológico de fundamental importância para a reabilitação de pessoas com deficiência visual e destacaram as áreas de atuação voltadas ao desenvolvimento das funções do sistema estomatognático e o trabalho com a linguagem oral e escrita.

**Descritores:** Reabilitação; Transtornos da Visão; Serviços de Saúde para Pessoas com Deficiência; Fonoaudiologia

## ABSTRACT

**Objective:** to know the perception of professionals from a specialized center in habilitation and rehabilitation, regarding the performance of speech therapists working with people presented with visual impairments, in an interdisciplinary team context.

**Methods:** a qualitative research in which the content analysis was chosen, so as to allow data to be presented in analysis categories.

**Results:** 11 professionals participated in the research, including psychologists (2), a speech therapist (1), a physiotherapist (1), an ophthalmologist (1), a computer science teacher (1), a pedagogue specialized in Braille (1), a social worker (1), occupational therapists (2), and an orientation and mobility teacher (1). From the analysis of the data, three thematic categories were developed: A. Speech therapy and the development of functions of the stomatognathic system; B. Interfaces between speech therapy and education in the development of reading and writing skills, in cases of people with visual impairments; C. Speech therapy as a promoter of the development of communicative skills, language, interaction, and interpersonal relationships for people with visual impairments.

**Conclusion:** the research participants considered the speech therapy work as paramount for the rehabilitation of people with visual impairments, and highlighted the fields of activity aimed at developing the functions of the stomatognathic system and working with oral and written language.

**Keywords:** Rehabilitation; Vision Disorders; Health Services for Persons with Disabilities; Speech, Language, and Hearing Sciences

Recebido em: 22/11/2019

Aceito em: 30/03/20

### Endereço para correspondência:

Pedro Henrique Silva Carvalho  
Rua Augusto Baptista Marson, 512,  
Jardim Consteca  
CEP: 13172693 – Sumaré, São Paulo,  
Brasil  
E-mail: pedrinhocarvalho48@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O sentido da visão é responsável pelo fornecimento de grande parte das informações que o ser humano recebe do ambiente à sua volta, as quais lhe permitem conhecer esse ambiente e interagir com ele e com outros indivíduos por meio da linguagem verbal ou não verbal<sup>1,2</sup>. Nesse sentido, a deficiência visual (DV), seja ela de origem congênita ou adquirida, causa impactos importantes, tanto na vida do indivíduo acometido quanto de sua família. Esses impactos podem ser de ordem econômica, uma vez que, no caso da DV adquirida, por exemplo, o indivíduo se torna, muitas vezes, incapaz de voltar a realizar a atividade laboral que antes desempenhava, o que o obriga a procurar outra profissão na qual possa atuar, e/ou psicossocial, visto que, com a presença de um sujeito com DV na família, é fato que há alterações na dinâmica familiar e nos papéis desempenhados por cada membro<sup>2</sup>.

Adota-se aqui a definição de DV segundo a qual é considerada pessoa acometida por essa deficiência aquela que apresenta baixa visão, isto é, acuidade visual no melhor olho e com a melhor correção óptica possível compreendida entre 0,3 e 0,05 e/ou campo visual inferior a 60°, ou cegueira, definida como presença de acuidade visual no melhor olho e com a melhor correção óptica possível menor ou igual a 0,05<sup>3</sup>.

Entende-se por acuidade visual a medida quantitativa da visão de um indivíduo realizada por meio de tabelas para longe e para perto, as quais são dotadas de linhas contendo símbolos gráficos (optotipos) cujas dimensões variam ao longo das linhas. Já o conceito de campo visual pode ser definido como a área de 180° enxergada por um observador quando diante de um determinado ponto<sup>4</sup>.

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS)<sup>5</sup>, 80% das causas de DV são preveníveis ou curáveis. Dentre as principais, pode-se citar os erros de refração não corrigidos (miopia, hipermetropia e astigmatismo), a catarata não operada e o glaucoma.

Para que os impactos na vida do sujeito com DV e da sua família mencionados anteriormente sejam amenizados, são imprescindíveis os processos de habilitação e reabilitação, sendo o primeiro realizado geralmente em casos de DV congênita e o segundo junto a indivíduos com DV adquirida. Tais processos se mostram de extrema importância para que as pessoas com DV, ou mesmo com outras deficiências, tenham o acesso ao direito a uma vida em sociedade com autonomia, independência e qualidade, direitos esses que lhe são assegurados pela Constituição Federal e

por outras normativas, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)<sup>6</sup>. E, portanto, visam a promoção da inclusão da pessoa com DV, de maneira que possa desenvolver-se, de maneira equânime, como sujeito ativo na sociedade em que está imerso.

A legislação brasileira<sup>6</sup> preconiza que os serviços especializados em habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência possuam equipe multiprofissional e interdisciplinar, o que, de acordo com Monteiro e Montilha<sup>7</sup> proporciona aos indivíduos com DV um cuidado integral, na medida em que, nessa condição de trabalho, as relações entre os diversos profissionais da saúde se tornam mais horizontais.

Como parte dessa equipe, não só pode como deve estar inserido o profissional fonoaudiólogo, uma vez que atua de maneira integral em diversas afecções relacionadas à comunicação, linguagem (oral e/ou escrita), audição e equilíbrio, voz, bem como funções estomatognáticas (sucção, mastigação, deglutição, respiração e fala), questões essas que podem-se apresentar em sujeitos com DV para além daquelas concernentes à orientação e mobilidade, às atividades da vida diária e ao ensino do Braille (no caso de pessoas com diagnóstico oftalmológico de cegueira)<sup>7,8</sup>. Apesar desse fato, ainda existem poucos trabalhos na literatura fonoaudiológica que descrevam a maneira com a qual ocorre a prática da atuação do fonoaudiólogo junto aos sujeitos com DV.

Por essa razão, a percepção de profissionais da reabilitação de pessoas com DV sobre a temática destacada torna-se bastante relevante, uma vez que, por estarem envolvidos diretamente no trabalho reabilitativo, podem fornecer informações valiosas quanto à prática fonoaudiológica no cuidado ao sujeito com DV.

Nessa perspectiva, esse estudo teve por objetivo conhecer percepções de profissionais de um serviço especializado em habilitação e reabilitação quanto à atuação fonoaudiológica junto a pessoas com DV no contexto da equipe interdisciplinar.

## MÉTODOS

O presente estudo é parte de um projeto de pesquisa maior intitulado “O itinerário da pessoa com deficiência visual nos serviços de saúde e reabilitação em um município da Região Metropolitana de Campinas - São Paulo, Brasil”. O referido projeto foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (FCM – Unicamp) sob nº CAAE

46001215.7.0000.5404 em 2015, e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas em 2018 com profissionais de serviço especializado em oftalmologia e reabilitação de pessoas com DV de um município do interior paulista. Essa modalidade de entrevista é caracterizada como um roteiro com tópicos gerais selecionados e elaborados de forma a ter questões abertas e questões fechadas, isto é, contendo perguntas e possibilidades de respostas.

Para garantir a fidedignidade do roteiro de entrevista semiestruturada como um instrumento para a coleta dos dados, foi realizado um estudo exploratório, o qual é uma etapa da pesquisa bastante importante no sentido de auxiliar na elaboração desse instrumento e adequá-lo às condições da realidade<sup>9</sup>.

Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, no qual foram trabalhados os dados referentes à temática da reabilitação de pessoas com DV e à atuação do fonoaudiólogo no processo reabilitativo. Tais dados constam do corpus constituído pelas entrevistas semiestruturadas realizadas com os sujeitos da presente pesquisa.

A pesquisa qualitativa possui como termos estruturantes<sup>10</sup> os substantivos experiência, vivência, senso comum e ação social e/ou humana. O primeiro deles diz respeito à compreensão que o indivíduo tem do mundo a seu redor e de suas próprias ações sobre esse mundo, o que é expresso na linguagem. Já a vivência, por sua vez, é definida como a reflexão pessoal do sujeito quanto às suas experiências, de modo que mesmo nos casos em que duas pessoas passaram pela mesma experiência, as vivências, de cada uma, serão diferentes. O terceiro substantivo, senso comum, é relacionado aos conhecimentos adquiridos por meio das experiências e vivências do sujeito, os quais orientam o ser humano nas suas atitudes frente a variadas situações cotidianas, de forma que se constituem de suas crenças, valores, opiniões etc. Já o último desses substantivos, ação social e/ou humana, refere-se à construção que os sujeitos e as instituições fazem, a partir das condições da realidade, de suas próprias vidas, no sentido de um trabalho de transformação do mundo à sua volta.

Além dos substantivos, a pesquisa qualitativa possui dois verbos entre seus termos estruturantes, quais sejam: compreender e interpretar<sup>10</sup>. O verbo compreender deve ser utilizado no sentido de colocar-se no lugar do interlocutor, de modo a levar em consideração a sua singularidade como sujeito

e seu contexto cultural e histórico coletivo. Já interpretar, refere-se ao ato de se apropriar do que foi compreendido e “projetar” novas possibilidades dessa compreensão.

Diante disso, foi eleita a análise de conteúdo<sup>11</sup> como forma de olhar e interpretar tais dados, a qual é definida como:

(...) um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/ recepção (variáveis inferidas) destas mensagens<sup>11</sup>.

Para além disso, Caregnato e Mutti<sup>12</sup> ressaltam que a análise de conteúdo pode ter cunho quantitativo, de modo a serem realizados cálculos estatísticos quanto à frequência de aparecimento no texto analisado de determinada palavra, frase ou expressão, ou qualitativo, com vistas a verificar a presença ou ausência de determinadas características de conteúdo em um fragmento do texto, o qual é o meio de expressão do sujeito.

No presente estudo, procedeu-se à leitura das respostas dadas pelos sujeitos participantes da pesquisa, com posterior identificação dos temas que emergiram das falas dos mesmos (“indicadores”), e elaboração das categorias de análise<sup>11,12</sup>.

## RESULTADOS

Os resultados serão apresentados por categoria e, com a finalidade de proteger a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa, as falas serão precedidas apenas da letra p seguida de um número arábico de 3 a 13.

Participaram dessa pesquisa 11 sujeitos, sendo fonoaudiólogo (1), assistente social (1), fisioterapeuta (1), professor de informática (1), pedagogo especializado em Braille (1), professor de Orientação e mobilidade (1), terapeuta ocupacional (2), psicólogo (2) e oftalmologista (1).

A partir dos dados constantes do recorte analisado, emergiram 3 categorias a saber:

- Fonoaudiologia e o desenvolvimento das funções do sistema estomatognático;
- Interfaces entre fonoaudiologia e educação no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em casos de pessoas com deficiência visual;

- Fonoaudiologia como promotora do desenvolvimento das habilidades comunicativas, da linguagem, da interação e das relações interpessoais em pessoas com DV.

### **Categoria A - Fonoaudiologia e o desenvolvimento das funções do sistema estomatognático**

Nessa categoria, observou-se que os profissionais trouxeram a questão da introdução alimentar como um trabalho desenvolvido pela fonoaudiologia junto a pessoas com DV, o qual influencia no desenvolvimento das funções estomatognáticas de sucção, mastigação, deglutição e fala. Além disso, é dada importância às orientações que devem ser esclarecidas à família desse sujeito com deficiência para a estimulação dessas funções em casa, conforme se pode observar nos dados transcritos a seguir:

P12: “Acho que é muito importante, porque nós temos muitos pacientes com a questão da deglutição, da fala...”

P9: “No trabalho da fono ela é muito importante para essa questão da sonorização das letras, depois das sílabas, essa articulação que tem que fazer, exercícios que tem que fazer... Porque é visual; como é que vai fazer exercício na frente do espelho? Então tem que ter uma fonoaudióloga especializada para estar trabalhando isso. (...) primeiro na questão da introdução alimentar, que tem que ter todo esse trabalho, se não lá na frente vai prejudicar, prejudica a fala, toda essa questão. (...) Então, quando é pequenininho, ela chama: “O que que ele está comendo? É mamadeira? Então traz a mamadeira. Mostra como você está dando esse alimento, essa mamadeira.”. Então aí ela vai fazendo todo esse trabalho bem minucioso. Então pede: “Hoje, traz comida.” Ou, quando não dá, aqui tem cozinha, né... “Ah, eu quero comida assim, assim, assado.” Dá para mãe, ensina, faz estimulação... É muito bacana.”

P5: “(...) já trabalhei com fonos de disfagia que deu pra ver a importância na parte da alimentação, dessa independência nas atividades...”

P11: “(...) eu não sei direito (...) mas eu considero assim: a criança, ela, pela deficiência, ela tem uma dificuldade maior em manipular alimento, deglutição...”

### **CATEGORIA B - Interfaces entre fonoaudiologia e educação no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita em casos de pessoas com deficiência visual**

Notou-se que os participantes da presente pesquisa enfatizaram bastante a parceria entre a fonoaudiologia e a pedagogia, no sentido de aquela ser um auxílio para essa, visto que estimula o desenvolvimento de habilidades que facilitam o processo de alfabetização, conforme evidenciam os dados abaixo:

P9: “(...) quando entra na questão da escola, aí, se não tiver o acompanhamento efetivo de uma fonoaudióloga, aí o negócio empaca na questão da alfabetização, porque, por exemplo, existe métodos pra alfabetizar, pra ensinar. E aqui é bom porque a [fonoaudióloga do serviço] já pega desde pequenininho e vai fazendo esse acompanhamento até a criança estar muito bem na parte escolar, porque a parte escolar também pega, viu.”

P13: “(...) existe um trabalho de apoio principalmente na área da pedagogia, com criança, então a estimulação de alguns conceitos importantes pra alfabetização (...) assim, sempre voltado pra aquisição de conceitos que possam auxiliar na pedagogia, na alfabetização da pessoa.”

P11: “(...) a própria escrita, linguagem escrita e falada. Então esse trabalho que é feito no computador, eu acho que a [fonoaudióloga do serviço] falou, né; então da troca de letras (...)”

P10: “(...) agora nem tanto, mas antes a gente tinha uma população grande em idade escolar, e o trabalho era realizado com a pedagogia, com os transtornos de leitura e escrita associados com a pedagogia pra dar um suporte maior pra esse caminhar na escola ser mais tranquilo...”

### **CATEGORIA C - Fonoaudiologia como promotora do desenvolvimento das habilidades comunicativas, da linguagem, da interação e das relações interpessoais em pessoas com DV**

Já no que diz respeito ao papel da fonoaudiologia como promotora do desenvolvimento das habilidades comunicativas, os profissionais trouxeram aspectos como o processo de aquisição de linguagem, o desenvolvimento da fala, entendida por eles enquanto comunicação, e o trabalho de linguagem realizado junto a sujeitos com deficiências associadas, isto é,

indivíduos que, para além da DV, apresentam também outros déficits de origem sensorial, intelectual ou motora. Isso pode ser depreendido dos trechos transcritos a seguir:

P8: “Nossa, acho muito importante, muito importante, porque, muitas vezes, eles não conseguem entender os fonemas; auxilia muito na parte da aquisição da linguagem da criança, até mesmo do adulto.”

P13: “(...) e em quadros de deficiência mesmo, da aquisição de linguagem, enfim, de estimulação; se for uma criança, na estimulação da aquisição de linguagem... (...) e quadros de dificuldades mesmo de fala, a gente tem casos de surdez associado à deficiência visual, ou atraso motor mesmo. Então, é sempre trabalhado juntos, né, então é muito importante.”

P5: “Eu acho muito importante o trabalho da fono, porque tem crianças que, devido à deficiência visual, elas têm uma dificuldade grande de interagir com outras pessoas, ficam muito isoladas na dificuldade no brincar; então acho que a parte de comunicação fica um pouco limitada. Então acho que é muito importante trabalhar essa parte da linguagem, da comunicação, da expressão. Então dá pra ver crianças que às vezes chegaram aqui sem expressão nenhuma, sem comunicação nenhuma, que com atendimento de fono foi estimulada essa parte da interação social, da expressão, elas estão mais comunicativas, o brincar ficou mais rico...”

P4: “É importante sim, que nem, eu estou trabalhando com a fono comunicação alternativa com uma criança que é baixa visão, ele é mielo e ele tem essa questão cognitiva bem regredida, e a gente está trabalhando uma comunicação alternativa com ele. (...) aqui eu vejo assim essa questão de linguagem também que ela [fonoaudióloga do serviço] trabalha”

P3: É que geralmente, muitos dos casos, principalmente crianças, que chegam ao serviço, nem sempre o, a, a... o paciente tem apenas a deficiência visual. Geralmente às vezes, são paciente síndromicos, então ele vai ter uma deficiência visual, uma deficiência auditiva, uma deficiência de... motora. Então, a, é... que gera uma necessidade de uma equipe multidisciplinar.

P7: “(...) é, porque você precisa de ter a fala né, ainda mais para uma criança, uma criança deficiente não, não tem como ela ver a pessoa falando, então a fono, já, já faz esse serviço né.”

P6: “(...) a pessoa que chega aqui ela tem a deficiência visual, a baixa visão ou cega total, não tem a visão, o que é necessário ter primordialmente? A comunicação. Se comunicar. (...) então é primordial para interagir na comunicação, né, eu entendo desta forma (...) a fonoaudiologia é primordial, né. A minha comunicação tá, também estamos por aí, interagindo, ela faz parte da reabilitação, não deveria ter a reabilitação sem a fonoaudiologia.”

A partir da apresentação dessas categorias, foi possível confrontar as falas dos sujeitos participantes da pesquisa com a literatura científica existente nas áreas da fonoaudiologia e da DV, conforme será detalhado na discussão a seguir.

## DISCUSSÃO

O método da análise de conteúdo permitiu conhecer, por meio da categorização dos dados, quais os conhecimentos os profissionais do serviço especializado em habilitação e reabilitação de pessoas com DV têm sobre a atuação do fonoaudiólogo junto a esses indivíduos. Em estudo semelhante<sup>7</sup>, utilizou-se de um questionário autoaplicável e de entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais de um centro de pesquisa e reabilitação do interior do Estado de São Paulo, a partir dos quais verificou-se que a maioria dos participantes da pesquisa afirmaram que as principais áreas de atuação do fonoaudiólogo na reabilitação de sujeitos com DV são a motricidade orofacial, o desenvolvimento de fala e linguagem bem como o aprimoramento das habilidades de leitura e escrita, o que está em consonância com as categorias delineadas neste estudo. Porém, a referida pesquisa<sup>7</sup> não procedeu à categorização dos dados e não trouxe à discussão a fala dos profissionais como no presente estudo.

Com relação ao tema trazido pela primeira categoria A – a fonoaudiologia e o desenvolvimento das funções estomatognáticas – observou-se que há poucos estudos na literatura fonoaudiológica que abordem essa temática especificamente. Alguns trabalhos<sup>7,13</sup> argumentam em favor da existência de um desequilíbrio postural em pessoas com DV, o que ocorre devido à falta do feedback visual, influenciando

negativamente na configuração das estruturas do sistema estomatognático e, conseqüentemente, nas funções desempenhadas por ele. Outros estudos<sup>14-16</sup> corroboram com esse argumento, na medida em que apresentam uma relação estrita entre o alinhamento postural e a configuração das estruturas do sistema estomatognático, de modo que a má postura cervical tem sido associada à presença de disfunção temporomandibular (DTM) bem como a casos de má oclusão.

Além disso, não se pode negar a importância da visão para o aprendizado dos comportamentos orais e da postura corporal que devem ser assumidos durante as situações de alimentação, como lábios vedados, coluna ereta, cabeça alinhada à coluna etc., tendo em vista que se trata de hábitos observados visualmente. A apropriação dessas posturas pode ocorrer por meio da estimulação proprioceptiva, fazendo com que o sujeito com DV tenha uma percepção global do próprio corpo e se atente para as condutas corporais que deverá tomar em uma situação de alimentação<sup>13</sup>. O profissional P9 aponta para a importância desse trabalho utilizando-se de outras vias sensoriais que não a visão para o desenvolvimento das funções estomatognáticas em pessoas com DV, na medida em que afirma “(...) Porque é visual; como é que vai fazer exercício na frente do espelho? Então tem que ter uma fonoaudióloga especializada para estar trabalhando isso”. Todavia, não é relatado pelos profissionais a via sensorial pela qual pode ser realizada essa estimulação, mas para a prática profissional o trabalho de estimulação dos sentidos remanescentes é fundamental.

Além da introdução alimentar e das funções estomatognáticas em si, é enfatizada por um dos profissionais (P9) a importância da orientação da família por parte do fonoaudiólogo, de modo a fornecer a ela subsídios práticos sobre a maneira com a qual pode trabalhar, em parceria com esse profissional, a estimulação precoce de outras vias sensoriais que não a visão as quais possam contribuir para que o indivíduo com DV desenvolva a consciência corporal. Autores<sup>8</sup> defendem que o trabalho do fonoaudiólogo, e mesmo de profissionais da saúde em geral, com a família é de extrema importância para o processo de habilitação e reabilitação de pessoas com DV, já que é ela o primeiro grupo com o qual a pessoa com DV interage e constrói suas relações interpessoais.

Já com relação ao trabalho da fonoaudiologia na leitura e escrita de pessoas com DV, trazido pela categoria B, observou-se que, como já dito, a maioria dos profissionais ressalta a relação de parceria entre

o fonoaudiólogo e o pedagogo no processo de reabilitação. Autores<sup>17</sup> afirmam que a relação entre esses profissionais, no contexto escolar, traz inúmeros benefícios, visto que o fonoaudiólogo pode transmitir ao professor seus conhecimentos sobre aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita bem como as relações existentes entre elas, capacitando assim o professor a identificar aqueles indivíduos que necessitam de atendimento fonoaudiológico para que possam desenvolver suas potencialidades. No caso específico de pessoas com DV, para que haja a real inclusão dessa população na escola regular, é necessário um trabalho dos profissionais da reabilitação junto aos educadores, no sentido de fornecer-lhes estratégias de ensino/aprendizagem das quais possam lançar mão no cotidiano escolar para atender às necessidades educacionais desse alunado<sup>18</sup>. Nesse sentido, o fonoaudiólogo, junto à equipe de reabilitação, pode sugerir alterações no ambiente escolar que melhorem as condições de aprendizado de um aluno com DV, como alterar o lugar do aluno em sala de aula para que fique mais próximo ao quadro e, dessa forma, possa enxergar e compreender melhor por meio da audição o conteúdo que está sendo ensinado, pensar em maneiras de controlar a iluminação da sala de aula, verificar se as dimensões das letras utilizadas estão adequadas às características visuais do aluno, etc. Vale ressaltar que todas essas alterações devem ser negociadas em diálogos e/ou troca de relatórios constantes com professor e aluno, a fim de que atendam às reais necessidades deste último e facilitem seu processo de aprendizagem.

Apesar dos estudos citados referirem-se ao contexto escolar, os benefícios da mencionada parceria podem ser extrapolados para o contexto da reabilitação, uma vez que fonoaudiólogo e pedagogo especialista em educação especial e professor técnico em informática podem compartilhar conhecimentos e discutir as condutas de cada um frente a um caso de um indivíduo com DV, seja baixa visão ou cegueira.

Para que possa trabalhar no desenvolvimento das potencialidades da leitura e da escrita de pessoas com DV no contexto da reabilitação, o fonoaudiólogo deve ser capaz de propor outras formas de trabalho com essas habilidades que não aquelas utilizadas com sujeitos videntes, o que pressupõe um conhecimento por parte desse profissional dos recursos ópticos e não-ópticos de tecnologia assistiva (TA) existentes para esse trabalho<sup>19,20</sup>. Essa afirmação está de acordo com o referido pelo profissional P11 ao citar o “trabalho

com o computador” desenvolvido pela fonoaudióloga do serviço.

Outra percepção trazida pelos profissionais quanto ao trabalho fonoaudiológico em leitura e escrita no caso de pessoas com DV, é a estimulação de habilidades que favoreçam o processo de alfabetização, como a relação grafema/fonema, o processamento fonológico, entre outras. Contudo, a leitura e a escrita devem ser trabalhadas pelo fonoaudiólogo com vistas a (re)significar essas práticas na vida dos sujeitos com DV, de modo a considerar os contextos de uso social nos quais o ler e o escrever têm utilidade e importância<sup>21,22</sup>. Para tanto, podem ser trabalhados temas de interesse do sujeito em que a leitura e a escrita possam ser inseridas. Obviamente, não se está negando aqui a importância do aprimoramento das habilidades mencionadas anteriormente, mas sim busca-se ampliar as possibilidades de abordagens que podem ser utilizadas pelos fonoaudiólogos na prática clínica com a leitura e a escrita de indivíduos com DV.

Já no que diz respeito à categoria C, em relação às habilidades comunicativas, observou-se que, como já ressaltado nos resultados, foi abordado o trabalho fonoaudiológico como sendo ainda mais primordial em casos de indivíduos com deficiências associadas no sentido de desenvolver suas habilidades comunicativas. Para contribuir com os processos de aquisição e desenvolvimento da linguagem dos indivíduos com deficiências associadas, como aqueles com surdocegueira, por exemplo, o fonoaudiólogo deve lançar mão de diferentes técnicas de comunicação/interação, como a Língua Brasileira de Sinais Tátil (Libras tátil), o Braille na mão, o tadoma (uma técnica de identificação dos fonemas da língua por meio do toque manual na região orofacial), a fala com maior grau de articulação, no caso de haver resíduo auditivo e/ou visual, dentre outras<sup>23</sup>.

As técnicas de comunicação a serem utilizadas dependem de uma série de fatores para além da presença ou não de resíduos sensoriais, uma vez que questões como o momento da vida em que houve a perda de cada via sensorial, presença ou não de comprometimentos de ordem cognitivas ou motoras, o contexto socioeconômico em que vive o indivíduo, etc., influenciam diretamente nessa decisão<sup>23</sup>. Além disso, o fonoaudiólogo deve propor atividades significativas as quais promovam a estimulação da interação e da atenção conjunta entre os interlocutores<sup>24</sup>. Entende-se como atenção conjunta o compartilhamento do foco atencional entre dois indivíduos sobre um mesmo

evento e/ou objeto, o que se desenvolve no ser humano a partir dos 9 meses de vida<sup>25</sup>.

Com relação à atuação do fonoaudiólogo no caso de deficiências associadas, essa pesquisa indica a necessidade de esse profissional ter conhecimentos sobre o funcionamento do sistema visual não para trabalhar com as questões concernentes ao déficit visual, mas sim devido ao fato desse déficit vir acompanhado de outras deficiências motoras e/ou sensoriais, sobre as quais, tradicionalmente, o fonoaudiólogo tem mais conhecimento. No entanto, os profissionais, participantes deste estudo, relataram a importância do fonoaudiólogo mesmo nos casos em que os sujeitos apresentem somente a DV (cegueira ou baixa visão). Quanto ao atendimento de casos dessa natureza, com relação à linguagem e à comunicação, observa-se nos trechos transcritos que os profissionais consideram o fonoaudiólogo como um profissional que atua no sentido de favorecer as interações desse sujeito com as pessoas à sua volta, conforme pode ser visto no relato do profissional P5, o qual observa melhora nos aspectos interativos após atendimento fonoaudiológico observado em casos atendidos no serviço onde foi realizada a pesquisa.

Reforçando a importância deste trabalho, estudos<sup>7,26</sup> apontam para o fato de que, devido ao choque vivido pelos pais/familiares com o nascimento de uma criança com deficiência e à condição muitas vezes passiva da criança frente a olhares e estímulos à comunicação de natureza visual, as experiências interativas dos sujeitos com DV, muitas vezes, são limitadas, o que pode influenciar negativamente no processo de desenvolvimento da linguagem. A fala do profissional P5, no entanto, associa as dificuldades de interação observadas em sujeitos com DV ao próprio déficit visual, e não leva em consideração os aspectos relacionados ao ambiente familiar ressaltados na literatura.

Outra questão abordada com relação à interação, são os aspectos não-verbais presentes em um diálogo, como por exemplo o olhar para o interlocutor enquanto este último está com a palavra, afim de deixar claro a ele que se está mantendo o foco atencional na conversa, como ressaltado pelo profissional P7 ao dizer que o sujeito com DV “não tem como ela ver a pessoa falando”. O fonoaudiólogo tem consciência de que essa prática tão natural entre as pessoas videntes não é algo óbvio e intuitivo no caso de sujeitos com DV e, portanto, é algo que também pode ser desenvolvido na atuação fonoaudiológica<sup>7</sup>.

Vale destacar que um aspecto da linguagem ressaltado por um dos profissionais (P8) foi o nível fonológico, o qual, de acordo com esse participante da pesquisa, pode estar alterado em sujeitos com DV, uma vez que “não conseguem entender os fonemas”. Um estudo<sup>26</sup> realizado com 20 crianças com baixa visão na faixa etária de 6 a 9 anos atendidas em um centro especializado em reabilitação de Salvador – Ba, traz que crianças com baixa visão podem apresentar atraso no desenvolvimento fonológico. Todavia, considerando o número muito restrito de sujeitos desta pesquisa, e a individualidade e contexto de cada sujeito, na ocasião de tantas variáveis possíveis de ordem social e cultural, não é possível considerar esse resultado como sendo o esperado para a maioria das pessoas com DV.

É necessário considerar, apesar de ter sido ressaltado o impacto da notícia de que há uma pessoa com deficiência na família, questões como o nível socioeconômico e as características específicas do ambiente familiar em que vive cada sujeito, e estas não foram levadas em consideração. Esses fatores, de acordo com a literatura<sup>27</sup>, influenciam diretamente no processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem como um todo e, portanto, no desenvolvimento fonológico, uma vez que, em uma perspectiva sociocultural do desenvolvimento linguístico, a aquisição da linguagem ocorre mediante as interações entre a criança e o adulto e, portanto, as questões atinentes ao ambiente que proverá o desenvolvimento infantil são relevantes.

Algo que também se deve considerar sobre esse estudo<sup>26</sup> é o protocolo utilizado para a avaliação, o qual se trata de um conjunto de imagens para as quais o indivíduo tem de dizer a palavra correspondente. Apesar dessas imagens constantes do protocolo terem sido ampliadas, não foi considerado no estudo a acuidade visual de cada criança participante do estudo a fim de que fosse possível saber qual a melhor dimensão das figuras a serem utilizadas com cada sujeito sob teste.

Dessa forma, como ressaltado, é fundamental que o fonoaudiólogo se especialize, conheça as peculiaridades da deficiência visual e suas possibilidades, pois como relatado pela totalidade dos participantes a área da fonoaudiologia complementa o trabalho da reabilitação de pessoas com DV e se atuada de forma interdisciplinar favorece além do desenvolvimento do usuário do serviço de reabilitação, o conhecimento por parte da equipe sobre a fonoaudiologia.

## CONCLUSÕES

A presente pesquisa permitiu conhecer percepções de profissionais sobre o trabalho da fonoaudiologia em casos de pessoas com deficiência visual. Observou-se que a atuação fonoaudiológica foi considerada como tendo extrema importância no processo de habilitação e/ou reabilitação de indivíduos com essa deficiência. As áreas que mais se destacaram nas falas dos participantes da pesquisa foram o desenvolvimento das funções do sistema estomatognático e o trabalho com a linguagem, tanto em sua modalidade escrita quanto com relação às habilidades comunicativas nas relações interpessoais.

Além disso, esse estudo possibilitou ressaltar o quanto relevante é elaborar mais estudos, os quais relatem as experiências da atuação do fonoaudiólogo junto a pessoas com deficiência visual, com vistas a detalhar a forma com a qual esse profissional pode atuar nesses casos e, dessa forma, contribuir para a ampliação do campo de atuação fonoaudiológica e fornecer subsídios teóricos para o atendimento clínico na área da DV.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da presente pesquisa.

## REFERÊNCIAS

1. Gaete MIL, Lira RPC, Moraes LFL, Vasconcelos MSL, Oliveira CV. Associação entre a necessidade de prescrição de correção óptica e outras doenças oculares em crianças na idade escolar. *Arq. Bras. Oftalmol.* [periódico na internet]. 2007 [acesso em 24 jul 2019]; 70(6): [aproximadamente 4 p.]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/abo/v70n6/a12v70n6.pdf>
2. Oliveira CAS, Hisatomi KS, Leite CP, Schellini AS, Padovani CR, Padovani CRP. Erros de refração como causas de baixa visual em crianças da rede de escolas públicas da regional de Botucatu - SP. *Arq. Bras. Oftalmol.* [periódico na internet]. 2009 [acesso em 03 dez 2018]; 72(2): [aproximadamente 5 p.]. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0004-27492009000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27492009000200012)
3. Brasil. Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de



- atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências [internet]. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. 2004 dez. 02 [acesso em 2019 jul. 24]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm)
4. Silva MR. Avaliação terapêutica ocupacional para adolescentes e adultos com deficiência visual baseada na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) [dissertação] [internet]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 2016. [acesso em 2017 maio 02]. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/321851>
  5. WHO: World Health Organization. Visual impairment and blindness. [acesso em Jul. 2018]. Disponível em: <http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs282/en/>
  6. BRASIL. Presidência da república, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) [internet]. [Diário Oficial da República Federativa do Brasil]. 2015 jul. 7 [acesso em 2019 jul. 24]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)
  7. Monteiro MMB, Montilha RCI. Intervenção fonoaudiológica e deficiência visual: percepções de profissionais de equipe interdisciplinar. Medicina (Ribeirão Preto) [periódico na internet]. 2010 mar [acesso em 31 mar 2018]; 43(1): [aproximadamente 9 p.]. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/160>
  8. Fernandes AC, Montilha RCI. The comprehensive evaluation in speech therapy for people with visual impairments: a case report. Rev. CEFAC. [serial on the internet]. 2015 [cited 2018 mar 22]; 17(4): [about 8 p.]. Available from: [http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n4/en\\_1982-0216-rcefac-17-04-01362.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n4/en_1982-0216-rcefac-17-04-01362.pdf)
  9. Piovesan A, Temporini ER. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. Rev. Saúde Pública. 1995;29(4):318-25.
  10. Minayo MCS. Qualitative analysis: theory, steps and reliability. Ciênc. saúde coletiva. [serial on the Internet]. 2015 [cited 2019 mar 10]; 17(3): [about 6 p.]. Available from: [http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/en\\_v17n3a07.pdf](http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n3/en_v17n3a07.pdf)
  11. Bardin L. Análise de conteúdo. 4. ed. Lisboa: Editora 70; 2004.
  12. Caregnato RCA, Mutti R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Texto contexto - enferm. [periódico na internet]. 2006 out/dez [acesso em set 2018]; 15(4): [aproximadamente 6 p.]. [acesso em set 2018]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>.
  13. Silva PMVA. Deficiência visual e sistema estomatognático: uma relação de importância para a Fonoaudiologia [tese]. Campinas (SP): Universidade Estadual de Campinas; 2018.
  14. Cuccia A, Caradonna C. The relationship between the stomatognathic system and body posture. Clinics. 2009;64(1):61-6.
  15. Roggia B, Filha VAVS, Correa B, Rossi AG. Posture and body balance of schoolchildren aged 8 to 12 years with and without oral breathing. CoDAS [serial on the internet]. 2016 [cited 2019 jul 15]; 28(4): [about 8 p.]. Available from: [http://www.scielo.br/pdf/codas/v28n4/en\\_2317-1782-codas-2317-178220162015002.pdf](http://www.scielo.br/pdf/codas/v28n4/en_2317-1782-codas-2317-178220162015002.pdf)
  16. Parrilla JMM, Chipombela LCM, Semykina O. La oclusión dentaria en interacción con la postura corporal. Revista Cubana de Estomatología 2014;51(1):15-23.
  17. Maranhão PCS, Pinto SMPC, Pedruzzi CM. Fonoaudiologia e educação infantil: uma parceria necessária. Rev. CEFAC. 2009;11(1):59-66.
  18. Moura MC, Albuquerque BFO. O trabalho pedagógico desenvolvido pela ASAC (Associação Sorocabana de Atividades para Deficientes Visuais): um estudo de caso. REB. 2014;7(2):157-2.
  19. Monteiro MMB, Montilha RCI, Gasparetto MERF. A atenção fonoaudiológica e a linguagem escrita de pessoas com baixa visão: estudo exploratório. Rev. bras. educ. espec. 2011;17(1):121-36.
  20. Zerbetto AB, Lopes FFS, Montilha RCI, Gasparetto MERF. Interdisciplinary team performance with students that have low vision due to their diagnosis of Stargardt Disease. Rev. CEFAC. [serial on the Internet]. 2015 [cited 2019 jul 16]; 17(1): [about 9 p.]. Available from: [http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n1/en\\_1982-0216-rcefac-17-01-00291.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n1/en_1982-0216-rcefac-17-01-00291.pdf)
  21. Monteiro MMB, Carvalho KMM. Avaliação da autonomia em atividades de leitura e escrita de idosos com baixa visão em intervenção

- fonaudiológica: resultados preliminares. *Rev. Geriatr. Gerontol.* 2013;16(1):29-40.
22. Mori-de Angelis CCA, Dauden ATBC. Leitura e escrita: uma questão para fonoaudiólogos? In: Dauden ATBC, Mori-de Angelis CC (orgs). *Linguagem escrita: tendências e reflexões sobre o trabalho fonaudiológico*. 1 ed. São Paulo: Pancast; 2004. p. 37-64.
23. Villas Boas DC, Ferreira LP, Moura MC, Maia SR. A comunicação de pessoas com surdocegueira e a atuação fonaudiológica. *Distúrb Comun.* 2012;24(3):407-14.
24. Villas Boas DC, Ferreira LP, Moura MC, Maia SR, Amaral I. Analysis of interaction and attention processes in a child with multiple disabilities. *Audiol., Commun. Res.* [serial on the Internet] 2017 [cited 2019 jul 16]; 22: 1718 [about 7 p.]. Available from: [http://www.scielo.br/pdf/acr/v22/en\\_2317-6431-acr-2317-6431-2016-1718.pdf](http://www.scielo.br/pdf/acr/v22/en_2317-6431-acr-2317-6431-2016-1718.pdf)
25. Tomasello M. atenção conjunta e aprendizagem cultural. In: Tomasello M (org). *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes; 2003. p. 77-129.
26. Lima AL, Nunes RTDA. Phonological profile of children with low vision from 6 to 9 years old at an institution for the blind in the city of Salvador – BA. *Rev. CEFAC.* [serial on the internet]. 2015 [cited 2018 dez 9]; 17(5): [about 9 p.]. Available from: [http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n5/en\\_1982-0216-rcefac-17-05-01490.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rcefac/v17n5/en_1982-0216-rcefac-17-05-01490.pdf)
27. Medeiros CS, Salomão NMR. Estratégias de comunicação: interação mãe-criança com deficiência visual e habilidades sociocomunicativas infantis. *Rev. Bras. Ed. Esp.* 2015;21(4):393-406.